



Demonstrações Financeiras



2024





Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 26 de março de 2025, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 que estão sendo apresentadas.

Fabio Martinelli Godinho
Diretor Presidente

Felipe Pinto Gomes
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

É com satisfação que anunciamos os resultados operacionais e financeiros da CVC Corp, referentes ao 4T24.

Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao 4T24

As informações a seguir comparam: período de 3 meses e 12 meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

R\$ Milhões	4T24	A.V	4T23	A.V	2024	A.V	2023	A.V
Receita líquida de vendas	375,1		492,0		1.420,8		1.432,7	
Custo dos serviços prestados	(18,7)		(139,8)		(105,9)		(139,8)	
Lucro Bruto	356,4	100,0%	352,2	100,0%	1.314,8	100,0%	1.292,9	100,0%
Despesas de vendas	(78,0)	(21,9%)	(69,6)	(19,8%)	(253,8)	(19,3%)	(304,0)	(23,5%)
Despesas gerais e administrativas	(198,6)	(55,7%)	(177,9)	(50,5%)	(741,4)	(56,4%)	(756,4)	(58,5%)
Equivalência Patrimonial	(0,0)	(0,0%)	(0,0)	(0,0%)	0,0	0,0%	(0,3)	(0,0%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(7,1)	(2,0%)	(50,4)	(14,3%)	(6,3)	(0,5%)	(144,2)	(11,2%)
EBITDA	72,6	20,4%	54,3	15,4%	313,3	23,8%	88,0	6,8%
Depreciação e amortização	(58,9)	(16,5%)	(61,7)	(17,5%)	(222,5)	(16,9%)	(218,5)	(16,9%)
EBIT	13,8	3,9%	(7,4)	(2,1%)	90,8	6,9%	(130,5)	(10,1%)
Resultado financeiro	(64,0)	(18,0%)	(48,7)	(13,8%)	(174,2)	(13,2%)	(322,0)	(24,9%)
Lucro/ Prejuízo antes do IR e da CS	(50,3)	(14,1%)	(56,2)	(15,9%)	(83,4)	(6,3%)	(452,5)	(35,0%)
Imposto de renda e CS	(11,0)	(3,1%)	(18,3)	(5,2%)	(20,0)	(1,5%)	(4,4)	(0,3%)
Lucro/ Prejuízo líquido do exercício	(61,2)	(17,2%)	(74,5)	(21,1%)	(103,3)	(7,9%)	(456,9)	(35,3%)

Receita líquida de vendas

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Receita Líquida registrou R\$ 375,1 milhões, uma redução de 23,8% em relação ao mesmo trimestre de 2023.

Em 2024, alcançamos um montante de R\$1.420,8 milhões para este indicador, mantendo um desempenho consistente em relação ao ano anterior.

Custo dos Serviços Prestados

No trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$18,7 milhões, enquanto no acumulado do ano atingiram R\$105,9 milhões. No quarto trimestre de 2023, quando passamos a destacar essa rubrica pela primeira vez, o valor registrado foi de R\$139,8 milhões, acumulando a totalidade de custos do ano, não sendo base de comparação para o 4T24.

Já no acumulado do ano, a redução de 24% reflete a melhoria nas negociações com fornecedores parceiros, impulsionada pelo aumento da participação desses produtos no mix de vendas, permitindo maior eficiência e otimização dos custos.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto da CVC Corp totalizou R\$356,4 milhões no 4T24, representando um crescimento de 1,2% em relação ao 4T23, com crescimento nas operações brasileiras e com a economia Argentina dando sinais de retomada, conforme apresentado adiante na nota explicativa “Resultados por Segmento”.

No acumulado do ano, o indicador atingiu R\$1.314,8 milhões, um aumento de 1,7% em relação a 2023, mesmo diante dos desafios impostos pelo atual cenário macroeconômico na Argentina.

Despesas de vendas

No 4T24, as Despesas de Vendas da CVC Corp apresentaram um aumento de 12,1% em relação ao 4T23, impactadas, principalmente, pelo maior investimento em campanhas durante o período da Black Friday. Tal incremento está alinhado com o crescimento das vendas, reforçando a estratégia comercial da companhia.

No ano de 2024, o indicador atingiu R\$253,8 milhões, representando uma redução de 16,51% em relação ao ano de 2023, representando na análise vertical apresentada na tabela acima, uma redução na representatividade de 23,5% em 2023, para 19,3% no ano de 2024.

Despesas gerais e administrativas

No trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, as Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$198,6 milhões, um aumento de 11,7% em relação ao mesmo período de 2023, impactadas, principalmente, pela oscilação cambial nas despesas da Argentina.

No acumulado do ano, entretanto, o indicador somou R\$741,4 milhões, representando uma redução de 2,0% em comparação a 2023, refletindo os esforços da companhia em otimização de custos e busca de maiores eficiências operacionais.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, as Outras Receitas e Despesas Operacionais registraram R\$ 7,1 milhões, uma redução de 85,9% em relação ao mesmo período de 2023, sendo o resultado do ano anterior impactado pelo reconhecimento de provisões para contingências que não se repetiram em 2024.

No acumulado do ano, o indicador registrou uma despesa de R\$6,3 milhões, significativamente inferior aos R\$144,2 milhões registrados em 2023, uma redução de 95,6%. Essa melhora reflete a diminuição da provisão para contingências resultado do aprimoramento dos processos operacionais, que têm permitido solucionar reclamações antes que evoluam para discussões judiciais, bem como pelo reconhecimento do *Impairment* em 2023 da controlada Submarino Viagens.

Lucro Operacional (EBIT)

Diante desse cenário, no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Lucro Operacional atingiu R\$13,8 milhões, revertendo o Prejuízo Operacional de R\$7,4 milhões registrado no mesmo período de 2023. Essa evolução reflete a eficácia das ações implementadas pela Administração, com foco no aumento de vendas, aprimoramento da precificação e redução de custos e despesas.

No acumulado do ano, o indicador registrou um lucro de R\$90,8 milhões, contrastando com o prejuízo de R\$130,5 milhões em 2023, um incremento de R\$221,3 milhões.

Comentários sobre as principais contas patrimoniais

R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	2.226,9	2.301,4	Passivo Circulante	2.531,6	2.478,3
Caixa e equivalentes de caixa	400,2	482,8	Debêntures	9,5	161,5
Aplicações financeiras	109,8	130,5	Instrumentos financeiros derivativos	0,7	3,2
Instrumentos financeiros derivativos	19,6	0,0	Fornecedores	585,9	867,9
Contas a receber de clientes	924,3	842,6	Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.638,7	1.236,9
Adiantamentos a fornecedores	554,6	712,1	Salários e encargos sociais	87,6	72,5
Despesas antecipadas	54,2	44,3	Imposto de renda e contribuição social correntes	0,8	5,0
Impostos a recuperar	37,9	36,9	Impostos e contribuições a pagar	27,7	33,9
Outras contas a receber	126,3	52,1	Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	96,9	22,1
			Passivo de arrendamento	23,2	25,1
			Outras contas a pagar	60,5	50,1
Ativo Não circulante	1.613,7	1.729,5	Passivo Não circulante	777,3	944,7
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	Debêntures	532,9	628,5
Despesas antecipadas	2,8	8,9	Provisão para perdas em investimento	-	-
Impostos a recuperar	15,1	3,8	Contas a pagar - partes relacionadas	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	530,6	546,1	Impostos e contribuições a pagar	2,3	8,9
Depósitos judiciais	145,4	162,4	Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingen	155,9	170,9
Outras contas a receber	0,8	1,2	Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	2,0	85,0
Investimentos	-	4,2	Passivo de arrendamento	47,3	43,4
Ativo imobilizado	25,4	29,0	Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	2,0	2,2
Ativo intangível	829,8	911,2	Outras contas a pagar	35,0	5,7
Direito de uso de arrendamento	63,5	62,8			
			Patrimônio líquido	531,6	608,0
			Capital social	1.755,3	1.755,3
			Reservas de capital	1.233,2	1.224,6
			Ágio em transações de capital	(183,8)	(183,8)
			Outros resultados abrangentes	75,3	56,8
			Ações em tesouraria	(0,1)	(0,1)
			Prejuízos acumulados	(2.348,1)	(2.244,7)
Total do ativo	3.840,5	4.030,9	Total do passivo e patrimônio líquido	3.840,5	4.030,9

O ativo circulante totalizou R\$ 2.226,9 milhões em 31 de dezembro de 2024 frente ao saldo de R\$ 2.301,4 milhões em 31 de dezembro de 2023. A Rubrica mais relevante em ambos os períodos foi de Contas a Receber de Clientes, com 41,5% de representatividade em dezembro de 2024 e 37% em dezembro de 2023, incremento coerente com o aumento de vendas e políticas de recebimento praticadas.

O passivo circulante totalizou R\$ 2.531,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 em comparação a um saldo de R\$ 2.478,3 milhões em 31 de dezembro de 2023. A Rubrica mais relevante em ambos os períodos foi de Contratos a Embarcar Antecipados, com 65% de representatividade em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2023, também relacionado com o aumento de vendas no período.

Em 31 de dezembro de 2024, o total do patrimônio líquido foi de R\$ 531,6 milhões em comparação a um saldo de R\$ 608,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, relativo ao incremento de prejuízos acumulados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Os serviços de não auditoria no exercício totalizaram R\$ 0,391 milhões de reais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	16



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da
CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas;
- Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos;
- Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes;



**Shape the future
with confidence**

- Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito e financeiras; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas diferenças nos saldos a receber com administradoras de cartão e financeiras, divergências identificadas entre os relatórios financeiros suportes em relação aos relatórios contábeis que suportavam os saldos registrados em contas a receber, e reconhecimento de receita de intermediação antes do respectivo momento do atendimento das obrigações de desempenho, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2024 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 146.913 mil na controladora e R\$ 298.131 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e



**Shape the future
with confidence**

- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 361.550 mil na controladora e R\$ 530.610 mil no consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, identificamos que parte dos saldos registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro não demonstrou sua realização de acordo com as projeções elaboradas pela diretoria, resultando em necessidade de baixa de parte do montante não realizável sendo ajustado pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

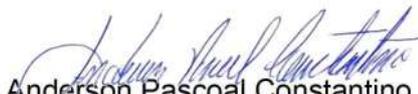
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	156.561	397.591	400.233	482.830
Aplicações financeiras	5.2	46.141	108.734	109.760	130.520
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	17.025	36	19.578	40
Contas a receber de clientes	6	679.707	631.815	924.307	842.635
Adiantamentos a fornecedores	7	468.507	446.577	554.584	712.064
Despesas antecipadas	8	41.228	40.163	54.212	44.318
Impostos a recuperar		5.652	14.939	37.996	36.856
Outras contas a receber		72.048	32.699	126.316	52.098
Total do ativo circulante		1.486.869	1.672.554	2.226.986	2.301.361
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	140.737	126.307	-	-
Despesas antecipadas	8	2.784	8.860	2.820	8.934
Impostos a recuperar		-	-	15.369	3.750
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	361.550	371.797	530.610	546.137
Depósitos judiciais	14.2	136.081	145.944	145.413	162.355
Outras contas a receber		-	182	750	1.166
Investimentos	9	528.158	554.303	-	4.205
Ativo imobilizado		13.629	16.519	25.361	28.988
Ativo intangível	10	429.474	466.774	829.813	911.221
Direito de uso de arrendamento	13	30.722	45.811	63.526	62.767
Total do ativo não circulante		1.643.135	1.736.497	1.613.662	1.729.523
Total do ativo		3.130.004	3.409.051	3.840.648	4.030.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e Patrimônio líquido					
<i>Circulante</i>					
Debêntures	12	9.450	161.497	9.450	161.497
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	649	2.339	658	3.174
Fornecedores	11	364.718	510.542	585.932	867.919
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	1.235.623	1.028.794	1.638.749	1.236.909
Salários e encargos sociais		66.240	56.274	87.648	72.548
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	815	4.962
Impostos e contribuições a pagar		20.049	22.240	27.823	33.896
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16	96.885	22.102	96.885	22.102
Passivo de arrendamento	13	13.966	20.319	23.193	25.133
Outras contas a pagar		39.755	32.099	60.533	50.128
Total do passivo circulante		1.847.335	1.856.206	2.531.686	2.478.268
<i>Não circulante</i>					
Debêntures	12	532.871	628.514	532.871	628.514
Provisão para perdas em investimento	9	13.629	9.220	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18.1	91.375	96.139	-	-
Impostos e contribuições a pagar		-	7.172	2.263	8.941
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	14	57.400	86.651	155.931	170.931
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16	1.994	84.990	1.994	84.990
Passivo de arrendamento	13	20.404	28.583	47.292	43.408
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	1.964	624	2.019	2.207
Outras contas a pagar		31.400	2.993	34.960	5.666
Total do passivo não circulante		751.037	944.886	777.330	944.657
<i>Patrimônio líquido</i>	17				
Capital social		1.755.264	1.755.264	1.755.264	1.755.264
Reservas de capital		1.233.173	1.224.579	1.233.173	1.224.579
Ágio em transações de capital		(183.846)	(183.846)	(183.846)	(183.846)
Outros resultados abrangentes		75.250	56.830	75.250	56.830
Ações em tesouraria		(120)	(120)	(120)	(120)
Prejuízos acumulados		(2.348.089)	(2.244.748)	(2.348.089)	(2.244.748)
Total do Patrimônio líquido		531.632	607.959	531.632	607.959
Total do passivo e patrimônio líquido		3.130.004	3.409.051	3.840.648	4.030.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	20	1.027.977	899.825	1.420.763	1.432.690
Custo dos serviços prestados	21	(105.947)	(139.793)	(105.947)	(139.793)
Lucro Bruto		922.030	760.032	1.314.816	1.292.897
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>					
Despesas de vendas	21	(202.804)	(214.391)	(253.824)	(304.028)
Despesas gerais e administrativas	21	(563.301)	(546.907)	(963.863)	(974.881)
Equivalência patrimonial	21	(74.099)	(184.860)	-	(288)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	3.039	8.962	(6.314)	(144.175)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		84.865	(177.164)	90.815	(130.475)
Resultado financeiro, líquido	22	(177.959)	(291.479)	(174.182)	(322.029)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(93.094)	(468.643)	(83.367)	(452.504)
Imposto de renda e contribuição social					
	15.1	(10.247)	11.763	(19.974)	(4.376)
Corrente		-	1.513	(1.428)	(1.475)
Diferido		(10.247)	10.250	(18.546)	(2.901)
Prejuízo do exercício		(103.341)	(456.880)	(103.341)	(456.880)
Prejuízo por ação - básico (R\$)	23			(0,20)	(1,22)
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	23			(0,20)	(1,22)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(103.341)	(456.880)	(103.341)	(456.880)
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	18.420	(4.825)	18.420	(4.825)
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	18.420	(4.825)	18.420	(4.825)
Total dos resultados abrangentes	(84.921)	(461.705)	(84.921)	(461.705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido
		Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ação	Ágio em transações de capital				
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.414.018	81.052	731.589	(183.846)	(120)	(1.787.868)	61.655	316.480
Aumento de capital com emissão de ações	17.1	341.246	-	457.870	-	-	-	799.116
Gastos com emissão de ações		-	-	(28.235)	-	-	-	(28.235)
Incentivo de longo prazo	17.2	-	(17.697)	-	-	-	-	(17.697)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(4.825)	(4.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(456.880)	-	(456.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.755.264	63.355	1.161.224	(183.846)	(120)	(2.244.748)	56.830	607.959
Incentivo de longo prazo	17.2	-	8.594	-	-	-	-	8.594
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	18.420	18.420
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(103.341)	-	(103.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.755.264	71.949	1.161.224	(183.846)	(120)	(2.348.089)	75.250	531.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(93.094)	(468.643)	(83.367)	(452.504)
<i>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais</i>				
Depreciação e amortização	21.2	137.624	113.881	222.503
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21.2	13.724	50.602	12.196
Juros e variações monetárias e cambiais		178.342	287.523	187.782
Equivalência patrimonial	9	74.099	184.860	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	14	(4.372)	54.626	1.110
Baixa por <i>impairment</i>		4.205	-	13.552
Baixa de imobilizado, intangível e contratos de aluguéis		3.308	1.883	6.028
Outras provisões		8.335	(17.821)	8.299
		322.171	206.911	368.103
<i>Redução (aumento) em ativos e passivos</i>				
Contas a receber de clientes		(155.471)	(503.914)	(190.702)
Adiantamentos a fornecedores		(21.930)	(72.280)	192.442
Fornecedores		(145.824)	76.729	(322.518)
Contratos a embarcar antecipados		208.169	(66.113)	348.662
Variação em tributos a recuperar/recolher		(76)	(1.903)	(21.400)
Liquidação de instrumentos financeiros		16.329	(10.178)	18.422
Transações com partes relacionadas		(42.922)	166.793	-
Salários e encargos sociais		9.966	(52.046)	12.488
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.491)
Demandas judiciais e administrativas		(24.879)	(25.036)	(34.242)
Variação em outros ativos		38.299	(21.183)	(18.289)
Variação em outros passivos		36.064	288	34.979
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		239.896	(301.932)	382.454
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</i>				
Ativo imobilizado		(1.234)	(4.176)	(3.757)
Ativo intangível	10	(76.682)	(55.413)	(82.886)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	830	-
Aumento de capital de controladas	9	(8.850)	(92.980)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(86.766)	(151.739)	(86.643)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>				
Liquidação de empréstimos / debêntures		(160.000)	(191.388)	(160.000)
Aumento de capital no exercício de ações		-	770.881	-
Juros pagos	24	(200.556)	(84.228)	(204.121)
Aquisição de controladas	24	(15.167)	(14.829)	(15.167)
Pagamento de aluguéis	24	(22.262)	(10.319)	(30.936)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(397.985)	470.117	(410.224)
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa		3.825	(1.159)	31.816
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		(241.030)	15.287	(82.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		397.591	382.304	482.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		156.561	397.591	400.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1.Receitas	1.037.819	869.946	1.442.902	1.412.076
Receita bruta de vendas	1.051.543	920.548	1.455.098	1.470.775
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.724)	(50.602)	(12.196)	(58.699)
2.Insumos adquiridos de terceiros	(298.942)	(333.790)	(484.414)	(596.580)
Serviços de terceiros e outros	(192.995)	(193.997)	(378.467)	(456.787)
Custo dos serviços prestados	(105.947)	(139.793)	(105.947)	(139.793)
Valor adicionado bruto	738.877	536.156	958.488	815.496
3.Depreciação e amortização	(137.624)	(113.881)	(222.503)	(218.496)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	601.253	422.275	735.985	597.000
Resultado de equivalência patrimonial	(74.099)	(184.860)	-	(288)
Receitas financeiras	53.818	54.630	128.581	85.036
5.Valor adicionado recebido em transferência	(20.281)	(130.230)	128.581	84.748
Valor adicionado total a distribuir	580.972	292.045	864.566	681.748
Valor adicionado distribuído	(580.972)	(292.045)	(864.566)	(681.748)
6.Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(281.854)	(265.296)	(439.444)	(437.471)
Remuneração direta	(211.052)	(223.344)	(351.400)	(378.374)
Plano de pagamento baseado em ações	(9.795)	20.797	(10.274)	20.611
Benefícios	(47.244)	(48.074)	(61.495)	(62.595)
F.G.T.S.	(13.763)	(14.675)	(16.275)	(17.113)
Impostos, taxas e contribuições	(89.338)	(69.781)	(137.166)	(111.092)
Federais	(65.689)	(51.144)	(106.524)	(84.497)
Municipais	(23.649)	(18.637)	(30.642)	(26.595)
Remuneração de capitais de terceiros	(313.121)	(413.848)	(391.297)	(590.065)
Juros	(241.518)	(272.992)	(274.403)	(303.217)
Taxa de cartão de crédito	(84.914)	(80.773)	(110.810)	(125.199)
Aluguéis	(2.010)	(3.955)	(2.484)	(4.296)
Outras	15.321	(56.128)	(3.600)	(157.353)
7. Remuneração de capitais próprios	103.341	456.880	103.341	456.880
Prejuízo do exercício	103.341	456.880	103.341	456.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES.....	22
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	24
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	33
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	34
7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES.....	36
8. DESPESAS ANTECIPADAS.....	37
9. INVESTIMENTOS.....	37
10. ATIVO INTANGÍVEL.....	39
11. FORNECEDORES.....	43
12. DEBÊNTURES	44
13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO.....	47
14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E PASSIVO CONTINGENTE.....	49
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	52
16. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE CONTROLADA E INVESTIDA.....	54
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	55
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	58
19. CONTRATOS A EMBARCAR ANTECIPADOS DE PACOTES TURÍSTICOS.....	59
20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.....	59
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	61
23. PREJUÍZO POR AÇÃO.....	63
24. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	64
25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA.....	66
26. SEGUROS.....	66
27. SEGMENTOS REPORTÁVEIS	66
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	68

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-400, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3.

A CVC e suas controladas (“Grupo”) têm como atividade principal a assessoria na organização de pacotes turísticos por meio da intermediação entre o cliente e os fornecedores que prestam os serviços nas áreas de hospedagem, entretenimento, transportes terrestres e aéreos, cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações na Argentina através das marcas Alundo.com, Biblos e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são prestados aos clientes por fornecedores independentes, por meio de pacotes regulares, bloqueio e fretamento. Esses fornecedores são exclusivamente responsáveis pelos aspectos operacionais, financeiros e comerciais dos serviços, uma vez que a CVC não possui ativos como aviões, hotéis ou navios, atuando apenas na aproximação do cliente com o fornecedor, conforme as diretrizes da Lei Geral do Turismo (Leis nº 11.771/08 e 14.978/2024).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo, com 100% de participação:

Controladas	Tipo	Principal atividade	País-sede	Participação	
				31/12/2024	31/12/2023
Submarino Viagens Ltda. (Submarino)	Direta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
Alundo Brasil Viagens e Tur. Ltda (Alundo Brasil)	Indireta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
<i>Santa Fe Investment Holding B.V. (Santa Fé)</i>	Indireta	Holding	Holanda	100%	100%
Alundo.com S.R.L. (Alundo Argentina)	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
TKT Mas Operadora S.A. (Alundo México)	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	100%
Advenio S.A. (Alundo Uruguai)	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	100%
Alundo.com S.A.S. (Alundo Colômbia)	Indireta	Serviços turísticos online	Colômbia	100%	100%
Visual Turismo Ltda. (Visual)	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Portugal (CVC Portugal)	Direta	Serviços turísticos	Portugal	100%	100%
Trend Viagens e Turismo S.A. (Trend)	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	100%
TC World Viagens Ltda. (TCW)	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
<i>Trend Travel LLC. (Trend Travel)</i>	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Hospitality LLC. (VHC)	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Brasil (VHC Brasil) (a)	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	-	100%
Esferatur Passagens e Turismo S.A. (Esferatur)	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Turismo S.A.U (CVC S.A.U)	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Avantrip.com S.R.L (Avantrip)	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A (Biblos)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%
Ola S.A.(Ola)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%

(a) Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação da VHC Brasil pela Trend.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 360.466 na controladora e R\$ 304.700 no consolidado e prejuízos acumulados de R\$ 2.348.089. A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia e controladas, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro, que pode incluir antecipação de recebíveis de cartão de crédito com aprovação das adquirentes, e mudança nos termos de recebimento de vendas na modalidade boleto junto às financeiras de bancos.

Como ações dessa avaliação, a Companhia vem constantemente adotando medidas, como revisão de sua política de preços, melhorando sua lucratividade (*take rate*), e redução do ciclo financeiro da Companhia, através de prazos de pagamento médios mais curtos e parcerias com instituições financeiras para oferta de crédito direto aos nossos clientes (Marketplace de crédito). Adicionalmente, a Companhia tem buscado otimizar a eficiência operacional, visando a racionalização dos processos e *rightsizing* das operações.

Adicionalmente, em 16 de outubro de 2024, foi aprovado, em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) das 4ª e 5ª emissão de debêntures o reperfilamento das debêntures. O detalhamento da transação consta na Nota Explicativa 12. Debêntures.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025.

2.2 Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Resolução CVM nº 152/22, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Os Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item, ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O quadro abaixo descreve as controladas e suas respectivas moedas funcionais. A definição da moeda funcional foi feita com base nas orientações do CPC 02 (R2) / IAS 2. Concluiu-se que o dólar norte americano é a moeda do ambiente econômico no qual essas controladas operam.

Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que esta moeda é a que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Não houve alteração na moeda funcional da Companhia nem de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Controladas	Principal atividade	País-sede	Moeda funcional
CVC	Serviços turísticos	Brasil	Real
Submarino	Serviços turísticos online	Brasil	Real
Almundo Brasil	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	Real
<i>Santa Fé</i>	Holding	Holanda	Dólar
Almundo Argentina	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
Almundo México	Serviços turísticos	México	Dólar
Almundo Uruguai	Serviços turísticos	Uruguai	Dólar
Almundo Colômbia	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	Dólar
CVC Portugal	Serviços turísticos	Portugal	Real
Visual	Serviços turísticos	Brasil	Real
Trend	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	Real
TCW	Serviços turísticos	Brasil	Real
<i>Trend Travel</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
Esferatur	Serviços turísticos	Brasil	Real
CVC S.A.U	Holding	Argentina	Dólar
Avantrip	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
Biblos	Serviços turísticos	Argentina	Dólar
Ola	Serviços turísticos	Argentina	Dólar

2.3.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 13 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.
- Nota explicativa 20 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos classificados como nível 3 (veja nota 2.5).
- Nota explicativa 6 – Ajuste ao valor recuperável de recebíveis.
- Nota explicativa 10 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 17.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

2.5 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. Novas normas e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Divulgação OCPC 10 – Créditos de descarbonização

Em 16 de dezembro de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) publicou a Resolução CVM nº 223 (“Resolução CVM 223”), que torna obrigatória a adoção da Orientação Técnica OCPC 10, que regula o tratamento contábil de Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) para todas as companhias abertas no Brasil (“OCPC 10”).

A nova orientação entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e se aplica aos exercícios sociais iniciados a partir dessa data.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

O IASB emitiu, em 15 de agosto de 2023, emendas à norma IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente à NBC TG 02 (R3). As modificações implementadas exigirão que as empresas forneçam informações mais úteis, em suas demonstrações financeiras, quando uma moeda não puder ser trocada por outra.

As alterações entrarão em vigor para períodos anuais de apresentação de relatório com início em ou após 1º de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

IFRS 9 e IFRS 7 Amendment – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu em 30 de maio mudanças nos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que abordarão a diversidade nas práticas contábilísticas e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes.

A norma vigora para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026 e devem ser aplicados retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu em 9 de abril de 2024 um novo padrão de apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma melhor análise e comparação.

A norma vigora para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027 e devem ser aplicados retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

IFRS 19 - Redução de divulgações para subsidiárias

O IASB emitiu em 9 de maio de 2024 a IFRS 19 sobre a utilização das normas de contabilidade IFRS por empresas subsidiárias para divulgação de seus resultados. A divulgação permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgação reduzidas.

A norma vigora para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027 e devem ser aplicados retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; VJH – Valor justo hedge *accounting* ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- (i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- (ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

O Grupo utiliza a abordagem simplificada para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo não realiza designação dos seus derivativos para contabilidade de hedge.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo.

4.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino).

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço.

Derivativo	Notas	Posição	Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor justo	Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor justo
Contrato a Termo NDF	4.4	USD	229.255	14.065	102.963	(1.687)
Contrato a Termo NDF	4.4	EUR	115.349	3.473	45.548	(901)
Contrato a Termo NDF	4.4	GBP	14.109	643	10.765	(293)
Contrato a Termo NDF	4.4	CAD	16.050	611	17.373	(256)
Contrato a Termo NDF	4.4	AUD	4.083	128	3.570	3
				18.920		(3.134)
Total ativo circulante				19.578		40
Total passivo circulante				(658)		(3.174)

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira e equivalentes de caixa as quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	Taxa	31/12/2024						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	6,19	159.779	(7.989)	(39.945)	(79.890)	7.989	39.945	79.890
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,43	5.190	(259)	(1.297)	(2.595)	259	1.297	2.595
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,76	1.152	(58)	(288)	(575)	58	288	575
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,30	2.490	(124)	(622)	(1.245)	124	622	1.245
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,84	742	(37)	(186)	(371)	37	186	371
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	6,83	733	(37)	(183)	(367)	37	183	367
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,01	41.534	(2.077)	(10.384)	(20.767)	2.077	10.384	20.767
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,14	1.429	(71)	(357)	(715)	71	357	715
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	168	(8)	(42)	(84)	8	42	84
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	0,30	110	(5)	(27)	(55)	5	27	55
Contrato a Termo NDF	6,19	229.255	(11.463)	(57.314)	(114.627)	11.463	57.314	114.627
Contrato a Termo NDF	6,43	115.349	(5.767)	(28.837)	(57.675)	5.767	28.837	57.675
Contrato a Termo NDF	4,30	4.083	(204)	(1.021)	(2.042)	204	1.021	2.042
Contrato a Termo NDF	7,76	14.109	(705)	(3.527)	(7.055)	705	3.527	7.055
Contrato a Termo NDF	3,84	16.050	(802)	(4.012)	(8.025)	802	4.012	8.025

Operações	Taxa	31/12/2023						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	4,84	23.352	(1.168)	(5.838)	(11.676)	1.168	5.838	11.676
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	5,35	7.511	(376)	(1.878)	(3.756)	376	1.878	3.756
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	6,16	1.285	(64)	(321)	(641)	64	321	641
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	3,65	503	(25)	(126)	(251)	25	126	251
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,29	166	(8)	(42)	(83)	8	42	83
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	5,78	422	(21)	(105)	(211)	21	105	211
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,01	1.527	(76)	(382)	(764)	76	382	764
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,12	2.187	(109)	(547)	(1.093)	109	547	1.093
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	154	(8)	(39)	(77)	8	39	77
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	0,29	103	(5)	(26)	(52)	5	26	52
Contrato a Termo NDF	4,84	102.963	(5.148)	(25.741)	(51.481)	5.148	25.741	51.481
Contrato a Termo NDF	5,35	45.548	(2.277)	(11.387)	(22.774)	2.277	11.387	22.774
Contrato a Termo NDF	3,65	3.570	(179)	(893)	(1.785)	179	893	1.785
Contrato a Termo NDF	6,16	10.765	(538)	(2.691)	(5.383)	538	2.691	5.383
Contrato a Termo NDF	3,29	17.373	(869)	(4.343)	(8.686)	869	4.343	8.686

4.1.1.2 Riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e debêntures, as quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo BACEN, foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI (12,15% em 31 de dezembro de 2024 e 11,65% em 31 de dezembro de 2023) para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	31/12/2024						31/12/2023							
	Baixa			Alta			Baixa			Alta				
	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%		
Equivalentes de Caixa *	134.150	(815)	(4.075)	(8.150)	815	4.075	8.150	436.349	(2.542)	(12.709)	(25.417)	2.542	12.709	25.417
Aplicações financeiras	109.760	(667)	(3.334)	(6.668)	667	3.334	6.668	130.520	(760)	(3.801)	(7.603)	760	3.801	7.603
Debêntures	(542.321)	3.295	16.473	32.946	(3.295)	(16.473)	(32.946)	(790.011)	4.602	23.009	46.018	(4.602)	(23.009)	(46.018)

* Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais.

4.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Como parte dos negócios de intermediação de turismo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes e pagamentos por reservas de quartos em determinadas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente, de forma a garantir a disponibilidade, preços ofertados e condições especiais às reservas vendidas aos nossos clientes.

Desta forma, o Grupo possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para acomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis. Para monitorar este risco, o Grupo avalia a solvência de seus principais fornecedores e atua de forma proativa na redução desta exposição via renegociação de seus contratos e datas de prestação dos serviços.

4.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 90% do valor da venda, onde são avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	400.233	482.830
Aplicações financeiras	109.760	130.520
Instrumentos financeiros derivativos	19.578	40
Contas a receber de clientes	924.307	842.635
Outras contas a receber	123.126	51.575
Total	1.577.004	1.507.600

4.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2024

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	93.501	805.588	899.089	542.321
Instrumentos financeiros derivativos	658	-	658	658
Fornecedores	585.932	-	585.932	585.932
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	104.409	3.107	107.516	98.879
Passivo de arrendamento	30.848	38.173	69.021	70.485
Outras contas a pagar	50.286	3.543	53.829	95.493
Total	865.634	850.411	1.716.045	1.393.768

31 de dezembro de 2023

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	278.147	799.490	1.077.637	790.011
Instrumentos financeiros derivativos	3.174	-	3.174	3.174
Fornecedores	867.919	-	867.919	867.919
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	19.523	104.849	124.372	107.092
Passivo de arrendamento	26.603	41.320	67.923	68.541
Outras contas a pagar	49.251	2.656	51.907	55.794
Total	1.244.617	948.315	2.192.932	1.892.531

4.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	542.321	790.011
Contas a pagar - aquisição de controlada e investida	98.879	107.092
(=) Dívida bruta	641.200	897.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(400.233)	(482.830)
(=) Dívida líquida	240.967	414.273

4.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nível	Classificação	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	46.141	108.734	46.141	108.734
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	17.025	36	17.025	36
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	679.707	631.815	679.707	631.815
Contas a receber - partes relacionadas	2	Custo amortizado	140.737	126.307	140.737	126.307
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	68.845	31.452	68.845	31.452
Total dos ativos financeiros			952.455	898.344	952.455	898.344
Passivos financeiros						
Debêntures	2	Custo amortizado	542.321	790.011	825.112	825.112
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	649	2.339	649	2.339
Fornecedores	2	Custo amortizado	364.718	510.542	364.718	510.542
Contas a pagar - partes relacionadas	2	Custo amortizado	91.375	96.139	91.375	96.139
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	98.879	107.092	98.879	107.092
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	34.370	48.902	34.370	48.902
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	29.510	31.237	29.510	31.237
Total dos passivos financeiros			1.161.822	1.586.262	1.444.613	1.621.363

	Nível	Classificação	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	109.760	130.520	109.760	130.520
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	19.578	40	19.578	40
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	924.307	842.635	924.307	842.635
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	123.126	51.575	123.126	51.575
Total dos ativos financeiros	2		1.176.771	1.024.770	1.176.771	1.024.770
Passivos financeiros						
Debêntures	2	Custo amortizado	542.321	790.011	825.112	825.112
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	658	3.174	658	3.174
Fornecedores	2	Custo amortizado	585.932	867.919	585.932	867.919
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	98.879	107.092	98.879	107.092
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	70.485	68.541	70.485	68.541
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	53.829	51.907	53.829	51.907
Total dos passivos financeiros			1.352.104	1.888.644	1.634.895	1.923.745

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).
- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

4.4 Instrumentos financeiros e derivativos

Em virtude das incertezas do prazo de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para *hedge accounting*. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2024							Valor de referência	Valor justo
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda			
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	USD	229.255	14.065	
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	EUR	115.349	3.473	
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	CAD	16.050	611	
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	GBP	14.109	643	
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	AUD	4.083	128	
Total						378.846	18.920	
Total ativo circulante								19.578
Total passivo circulante								(658)

31/12/2023							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	USD	102.963	(1.687)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	EUR	45.548	(901)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	GBP	10.765	(293)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	CAD	17.373	(256)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	AUD	3.570	3
Total						180.219	(3.134)
Total ativo circulante							40
Total passivo circulante							(3.174)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equivalentes de caixa	98.551	376.090	134.150	436.349
Caixa e contas bancárias em moeda local	42.376	5.637	52.756	9.271
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	7.888	9.508	159.779	23.352
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	3.006	4.644	5.190	7.511
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	41.534	1.527
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	4.740	1.712	6.824	4.820
Total de caixa e equivalentes de caixa	156.561	397.591	400.233	482.830

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa CDI que em 31 de dezembro de 2024 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 12,15% (11,65% em 31 de dezembro de 2023).

Os investimentos em CDBs e operações de renda fixa que não possuem liquidez imediata são apresentados na rubrica de aplicações financeiras e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	46.141	108.734	109.760	130.520

As aplicações financeiras apresentadas acima, em sua maioria são dadas como garantias as operações com o IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

6. Contas a receber de clientes

Política contábil:

O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável).

As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo de abordagem simplificada apresentada no CPC 48 / IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito	335.640	-	335.640	367.569	-	367.569
Contas a receber de títulos	1.425	-	1.425	1.598	-	1.598
Financiamento próprio – Clientes	243.216	(38.220)	204.996	244.714	(82.803)	161.911
Financiamento próprio - Agências e franquias	128.644	(45.713)	82.931	99.205	(86.228)	12.977
Reembolso cia aérea	12.040	-	12.040	38.701	-	38.701
Outros	66.503	(23.828)	42.675	93.784	(44.725)	49.059
	787.468	(107.761)	679.707	845.571	(213.756)	631.815

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito	397.809	-	397.809	421.233	-	421.233
Contas a receber de títulos	80.745	-	80.745	87.380	-	87.380
Financiamento próprio – Clientes	288.894	(50.398)	238.496	314.280	(102.574)	211.706
Financiamento próprio - Agências e franquias	131.932	(46.121)	85.811	103.270	(90.006)	13.264
Reembolso cia aérea	13.544	-	13.544	41.534	-	41.534
Outros	137.042	(29.140)	107.902	123.099	(55.581)	67.518
	1.049.966	(125.659)	924.307	1.090.796	(248.161)	842.635

A composição da linha de administradora de cartões de crédito são vendas a prazo com cartões de crédito que são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

Contas a receber de títulos refere-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos para as instituições financeiras no momento da venda, e recebíveis em faturas de parceiros que mantém operações com o grupo.

Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes, agências e franquias. A perda nessa modalidade de financiamento é assumida pela Companhia, uma vez que os riscos não são transferidos e as perdas esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado, apenas para os casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, na rubrica "perda por redução ao valor recuperável de contas a receber. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 4.1.2)

Reembolsos de companhias aéreas correspondem a reembolsos pagos, referentes a solicitações realizadas por clientes.

O *aging* do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	640.000	(12.827)	627.173	577.592	(5.240)	572.352
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	25.133	(3.090)	22.043	63.077	(6.666)	56.411
Vencido a até 360 dias	67.145	(36.654)	30.491	56.216	(53.164)	3.052
Vencido a mais de 360 dias	55.190	(55.190)	-	148.686	(148.686)	-
Total	787.468	(107.761)	679.707	845.571	(213.756)	631.815

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	841.277	(11.282)	829.995	766.805	(2.772)	764.033
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	47.557	(4.760)	42.797	77.668	(6.707)	70.961
Vencido a até 360 dias	92.933	(41.418)	51.515	73.198	(65.557)	7.641
Vencido a mais de 360 dias	68.199	(68.199)	-	173.125	(173.125)	-
Total	1.049.966	(125.659)	924.307	1.090.796	(248.161)	842.635

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(166.386)	(202.237)
Adições e reversões	(50.602)	(58.699)
Perdas efetivadas	3.232	9.094
Variação cambial de conversão	-	3.681
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(213.756)	(248.161)
Adições e reversões	(13.724)	(12.196)
Perdas efetivadas	119.719	134.750
Variação cambial de conversão	-	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(107.761)	(125.659)

O Grupo fez antecipações de recebíveis de cartão de crédito que faziam parte de seu saldo de contas a receber durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Como os riscos associados a esses recebíveis foram transferidos às instituições financeiras o saldo desses recebíveis foram baixados. O montante desses valores no exercício 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 948.590 (R\$ 706.607 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$ 1.063.970 (R\$ 813.456 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Os encargos financeiros sobre essas transações são registrados na rubrica de despesas financeiras e é descrito na nota 22.

7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores estão representados, em sua maioria, por pagamentos às companhias aéreas pela aquisição de bilhetes aéreos e pelos pagamentos antecipados a grandes redes hoteleiras, principalmente internacionais, de forma a garantir a disponibilidade e preços ofertados às reservas vendidas aos nossos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhias aéreas	363.349	370.966	410.375	383.002
Hotéis no Brasil e no exterior	24.646	17.823	42.135	179.210
Instituições Educacionais	24.060	17.647	24.060	17.647
Outros	56.452	40.141	78.014	132.205
Total	468.507	446.577	554.584	712.064

A composição da linha de companhias aéreas refere-se a pagamentos referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, sendo o saldo majoritariamente concentrado em companhias aéreas nacionais.

A composição da linha de outros refere-se em sua grande maioria a parques de diversões.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros	21.975	20.640	22.054	21.360
Taxa de administração de cartões de crédito	16.473	16.934	17.730	18.969
Licença de software	4.958	8.321	5.445	8.321
Adiantamento a funcionários	299	1.623	299	1.623
Outros	307	1.505	11.504	2.979
	44.012	49.023	57.032	53.252
Circulante	41.228	40.163	54.212	44.318
Não circulante	2.784	8.860	2.820	8.934

A composição da linha de taxa de administração de cartões de crédito refere-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos de vendas feitas nessa modalidade, que serão apropriadas ao resultado no efetivo embarque dos passageiros.

9. Investimentos

Política contábil:

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ágio	231.248	231.248
Investimento	140.879	163.758
Intangíveis alocados do preço de compra	142.402	150.077
Total	514.529	545.083
Investimentos	528.158	554.303
Provisão para perdas em investimento	(13.629)	(9.220)
	514.529	545.083



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	Submarino	Visual	Trend	CVC S.A.U	Esferatur	Wetrek Technologies LLC	CVC Portugal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	276.619	-	189.595	(25.712)	196.648	4.486	27	641.663
Despesas com pagamentos baseados em ações	97	-	17	-	11	-	-	125
Equivalência patrimonial do exercício	(92.162)	-	(80.307)	15.280	(27.381)	(288)	(2)	(184.860)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(5.369)	-	(1.032)	1.212	357	7	-	(4.825)
Aumento de capital em controlada	-	-	88.380	-	4.600	-	-	92.980
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>179.185</u>	<u>-</u>	<u>196.653</u>	<u>(9.220)</u>	<u>174.235</u>	<u>4.205</u>	<u>25</u>	<u>545.083</u>
Despesas com pagamentos baseados em ações	360	-	(74)	-	(29)	-	-	257
Equivalência patrimonial do exercício	(44.036)	(13.679)	(28.909)	25.468	(13.061)	-	118	(74.099)
Efeito reflexo no resultado abrangente	17.336	-	(431)	1.517	(2)	-	-	18.420
Aumento de capital em controlada	8.800	50	-	20.223	-	-	-	29.073
Baixa de investimento (a)	-	-	-	-	-	(4.205)	-	(4.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>161.645</u>	<u>(13.629)</u>	<u>167.239</u>	<u>37.988</u>	<u>161.143</u>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>514.529</u>

(a) Em 07 de outubro de 2024 foi realizada a baixa por impairment de R\$ 4.205 da empresa Wetrek devido a extinção de suas operações, sendo R\$ 4.175 por impairment do ágio oriundo da participação e R\$ 30 dos resultados acumulados.

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023:

	31/12/2024					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Receita líquida	Resultado do exercício (b)	% Part.
Submarino (Consolidado)	503.399	359.960	143.439	140.042	(43.210)	100%
Trend (Consolidado)	267.821	276.181	(8.360)	128.234	(27.997)	100%
CVC S.A.U (Consolidado)	318.014	280.027	37.987	115.916	25.467	100%
Visual	20.361	33.990	(13.629)	2.813	(13.679)	100%
Esferatur	8.533	27.236	(18.703)	5.781	(7.127)	100%
CVC Portugal	156	13	143	-	118	100%

	31/12/2023					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Receita líquida	Resultado do exercício (b)	% Part.
Submarino (Consolidado)	440.960	280.808	160.152	280.946	(12.302)	100%
Trend (Consolidado)	277.271	257.128	20.143	128.328	(61.301)	100%
CVC S.A.U (Consolidado)	306.074	315.294	(9.220)	104.572	15.281	100%
Visual	10.726	22.272	(11.546)	19.019	(21.447)	100%
Esferatur	27	2	25	-	(2)	100%

(a) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(b) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

10. Ativo intangível

Política contábil:

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou valor a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida.

Software e website

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	Anos
Software e <i>website</i>	3-5
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de *impairment*, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A baixa por *impairment* relacionada ao ágio não é revertida.

10.1 Composição dos saldos

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Controladora						Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição (a)	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	310.799	1.056	146.913	44.203	3.589	-	506.560
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2023	632.611	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	918.492
Adições	55.413	-	-	-	-	-	55.413
31 de dezembro de 2023	688.024	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	973.905
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2023	(321.812)	(15.821)	-	(71.967)	(1.110)	(1.222)	(411.932)
Amortização	(78.416)	(199)	-	(16.328)	(256)	-	(95.199)
31 de dezembro de 2023	(400.228)	(16.020)	-	(88.295)	(1.366)	(1.222)	(507.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	287.796	857	146.913	27.875	3.333	-	466.774
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2024	688.024	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	973.905
Adições	76.682	-	-	-	-	-	76.682
Transferências para o ativo imobilizado	(112)	-	-	-	-	-	(112)
Baixas	(3.372)	-	-	-	-	(1.222)	(4.594)
31 de dezembro de 2024	761.222	16.877	146.913	116.170	4.699	-	1.045.881
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2024	(400.228)	(16.020)	-	(88.295)	(1.366)	(1.222)	(507.131)
Amortização	(95.953)	(192)	-	(14.543)	(256)	-	(110.944)
Baixas	446	-	-	-	-	1.222	1.668
31 de dezembro de 2024	(495.735)	(16.212)	-	(102.838)	(1.622)	-	(616.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	265.487	665	146.913	13.332	3.077	-	429.474

	Consolidado							Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição (a)	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	492.774	990	381.834	177.895	71.597	-	5.343	1.130.433
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2023	1.023.494	16.877	381.834	449.869	124.575	10.634	10.020	2.017.303
Adições	82.350	-	-	-	-	-	-	82.350
Baixas	(10.567)	-	-	-	-	-	(6.075)	(16.642)
Impairment	-	-	(77.044)	-	-	-	-	(77.044)
Variação cambial de conversão	(42.395)	-	-	(1.243)	(8.849)	-	(296)	(52.783)
31 de dezembro de 2023	1.052.882	16.877	304.790	448.626	115.726	10.634	3.649	1.953.184
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2023	(530.720)	(15.887)	-	(271.974)	(52.978)	(10.634)	(4.677)	(886.870)
Amortização	(148.553)	(199)	-	(34.200)	(6.979)	-	-	(189.931)
Baixas	2.542	-	-	-	-	-	732	3.274
Variação cambial de conversão	27.090	-	-	79	4.099	-	296	31.564
31 de dezembro de 2023	(649.641)	(16.086)	-	(306.095)	(55.858)	(10.634)	(3.649)	(1.041.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	403.241	791	304.790	142.531	59.868	-	-	911.221
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2024	1.052.882	16.877	304.790	448.626	115.726	10.634	3.649	1.953.184
Adições	82.886	-	-	-	-	-	-	82.886
Transferências para o ativo imobilizado	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)
Baixas	(5.769)	-	-	-	-	(10.634)	(152)	(16.555)
Impairment (b)	-	-	(6.659)	-	(2.687)	-	-	(9.346)
Reclassificações	2.658	-	-	-	-	-	(2.658)	-
Variação cambial de conversão	37.220	-	-	8.439	20.206	-	740	66.605
31 de dezembro de 2024	1.169.765	16.877	298.131	457.065	133.245	-	1.579	2.076.662
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2024	(649.641)	(16.086)	-	(306.095)	(55.858)	(10.634)	(3.649)	(1.041.963)
Amortização	(126.193)	(192)	-	(27.515)	(28.505)	-	-	(182.405)
Baixas	445	-	-	-	-	10.634	-	11.079
Reclassificações	(3.068)	-	-	-	-	-	3.068	-
Variação cambial de conversão	(21.045)	-	-	(511)	(11.006)	-	(998)	(33.560)
31 de dezembro de 2024	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	-	(1.579)	(1.246.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	370.263	599	298.131	122.944	37.876	-	-	829.813

(a) Para fins de apresentação efetuamos a baixa dos saldos de custo e amortização do acordo de não competição totalmente amortizados.

(b) Realizamos ao longo de 2024 a baixa por *impairment* do ágio da Camden e da marca Avantrip.

10.2 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa, para teste de *impairment*. A Companhia realizou o teste de valor recuperável e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

10.3 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável das UGCs do Grupo foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até 5 anos, conforme abaixo:

UGC	Carrying amount	Valor em Uso	Goodwill	Impairment
Consolidadora área (a)	52.501	789.834	375.770	(214.004)
Trend	71.844	221.257	259.507	(191.089)
Experimento	31.521	197.775	44.159	-
Ola	(88.845)	200.190	59.061	(59.061)
Avantrip/Biblos	(4.086)	11.923	18.426	(18.426)
Submarino (b)	61.828	87.439	94.493	(77.044)
Visual	3.738	67.387	17.988	(11.650)
Almundo (b)	(85.101)	417.500	288.378	(288.378)

(a) Em virtude das modificações nas operações das UGCs Read e Esferatur ao longo de 2024, que gerou da sinergia na estrutura operacional e de negócio, criamos a partir de 2024 a UGC Consolidadora aérea.

(b) Em decorrência da revisão do plano de negócios e crescimento das operações, foi definido de forma prospectiva abertura da UGC Online em Submarino e Almundo, alinhado como a Companhia monitora suas operações.

10.4 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Consolidadora aérea, Experimento, Visual, Trend, Ola, Avantrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii).

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de desconto a valor presente pelo custo médio ponderado de capitais (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) de 16,89% para as empresas no Brasil e 18,25% para as empresas na Argentina (16,27% para as empresas no Brasil e 23,66% para as empresas na Argentina em dezembro de 2023).

10.5 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no valor em uso	Taxa de desconto		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Consolidadora área	16,89%	737.800	848.852
Trend	16,89%	218.032	224.887
Experimento	16,89%	187.468	202.148
Ola	18,25%	190.955	209.972
Avantrip/Biblos	18,25%	11.389	12.487
Submarino	16,89%	81.101	94.571
Visual	16,89%	58.174	77.993
Almundo	18,25%	399.718	436.292

11. Fornecedores

Política contábil:

Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aéreo	64.138	222.730	117.792	250.734
Hotel	167.986	176.419	238.953	351.099
Marítimo	-	643	11.335	973
Instituições educacionais	9.512	7.405	9.512	7.405
Locadora de veículos	10.449	9.945	17.729	17.531
Fornecedores administrativos e gerais	112.633	93.400	190.611	240.177
Total	364.718	510.542	585.932	867.919

12. Debêntures

Política contábil:

Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado		
				31/12/2024		
				Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão	18/04/2019	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	6.103	334.650	340.753
5ª emissão	28/01/2021	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	3.347	198.221	201.568
Total				9.450	532.871	542.321

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado		
				31/12/2023		
				Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão	18/04/2019	30/11/2026	CDI + 5,5% a.a.	101.130	394.095	495.225
5ª emissão	28/01/2021	30/11/2026	CDI + 5,5% a.a.	60.367	234.419	294.786
Total				161.497	628.514	790.011

4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

- Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture;

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série da debenture foi amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. E o valor nominal unitário da 2ª série das debêntures foi amortizado em duas parcelas com vencimento em 18 de abril de 2024 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 18 de abril de 2025.

5º Emissão

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia (“RCA”), a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

A emissão das debentures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a captação de R\$ 436.405 e vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Companhia decorrente de instrumentos celebrados entre a Companhia, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente.

Reperfilamento das Debêntures realizado em 2024

Em 11 de setembro de 2024 a Companhia comunicou ao mercado por meio de Fato Relevante que havia chegado a um acordo com os debenturistas representantes das debentures de 4ª e 5ª emissão acerca dos termos e condições do novo reperfilamento das debentures em circulação. O acordo estava sujeito a concordância dos debenturistas em relação aos documentos definitivos e a aprovação em suas respectivas AGDs, bem como aprovações societárias da Companhia.

Em 24 de setembro de 2024 o RCA examinou e deliberou a convocação das AGDs da 4ª e 5ª emissão, a qual seria realizada em 16 de outubro de 2024.

O novo reperfilamento das debentures de 4ª e 5ª emissão foram aprovados em 16 de outubro de 2024 por meio da AGD, onde as cláusulas relativas ao prazo de vencimento das debêntures, fluxos de pagamento de carência de principal, taxas de juros remuneratórios, formas de pagamento e por conseguintes garantias foram alteradas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Cenário anterior a renegociação formalizada em 2024

Instrumento	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 499.561	R\$ 272.974
Data da Emissão	18/04/2019	21/01/2021
Data do Último Aditamento	06/04/2023	06/04/2023
Vencimento	30/11/2026	30/11/2026
Custo	CDI + 5,50% a.a.	CDI + 5,50% a.a.
Prêmio	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de maio e novembro	Semestral último dia útil de maio e novembro
Carência	Até 31/05/2024	Até 31/05/2024
Amortização	30/11/2024 (10%)	30/11/2024 (10%)
	30/11/2025 (45%)	30/11/2025 (45%)
	30/11/2026 (45%)	30/11/2026 (45%)

As informações sobre o reperfilamento das debêntures realizado em 2023, estão detalhadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Cenário após a renegociação formalizada em 2024

Instrumento	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 346.540	R\$ 206.096
Data da Emissão	18/10/2024	18/10/2024
Vencimento	30/10/2028	30/10/2028
Custo	CDI + 4,50% a.a.	CDI + 4,50% a.a.
Prêmio	0,5% sobre o saldo nominal das debêntures, multiplicado pelo prazo médio ponderado das debêntures.	0,5% sobre o saldo nominal das debêntures, multiplicado pelo prazo médio ponderado das debêntures.
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de abril e outubro	Semestral último dia útil de abril e outubro
Carência	Até 30/04/2025	Até 30/04/2025
Amortização	30/10/2026 (20%)	30/10/2026 (20%)
	30/04/2027 (20%)	30/04/2027 (20%)
	30/10/2027 (20%)	30/10/2027 (20%)
	30/04/2028 (20%)	30/04/2028 (20%)
	30/10/2028 (20%)	30/10/2028 (20%)

A Companhia avaliou, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, se os termos e condições existentes nas escrituras das debentures de 4ª e 5ª emissão após o reperfilamento se enquadram no conceito de desreconhecimento de passivo financeiro e, para tanto, realizou análises qualitativas e quantitativas de acordo com os requerimentos existentes no pronunciamento contábil. As análises quantitativas resultaram em uma mudança nos fluxos de caixa que foram caracterizadas como não substanciais e, conseqüentemente a conclusão resultou em uma modificação dos passivos financeiros existentes.

O impacto contábil decorrente da modificação resultou em um ganho líquido de R\$14.580, reconhecido no resultado financeiro em contrapartida ao passivo, ganho este que deverá ser amortizado ao longo do prazo restante do passivo modificado.

Covenants

As cláusulas de vencimento antecipado permanecem inalteradas após o reperfilamento das debentures de 4ª e 5ª emissão realizadas em 2024, sendo os índices financeiros a serem observados como seguem:

Índice financeiro a ser observado
(i) Limite de Dividendos de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano;
(ii) Limitação de CAPEX de R\$125.000.000,00 ao ano, apurados anualmente a partir dos lançamentos referentes à adição de intangível e imobilizado apurados no fluxo de caixa de atividades de investimentos no fechamento de cada exercício;
(iii) Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 3,5x a ser apurado trimestralmente a partir de dezembro de 2023 (inclusive) até dezembro de 2024 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 3,0x a partir de março de 25 (inclusive) e até dezembro de 2025 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 2,5x trimestralmente a partir de março de 26 (inclusive) até a data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui a exigência de cumprimento de cláusula restritiva e estavam adimplentes no trimestre.

13. Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil:

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas.

O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Direito de uso						
Em 1 de janeiro de 2023	10.809	22.552	33.361	27.633	26.944	54.577
Adições de novos contratos	1.982	27.708	29.690	5.928	27.708	33.636
Reajuste de contrato	117	377	494	(502)	377	(125)
Amortização	(3.124)	(9.277)	(12.401)	(7.576)	(10.202)	(17.778)
Baixa	(5.267)	(66)	(5.333)	(7.113)	(66)	(7.179)
Ajustes de conversão	-	-	-	(364)	-	(364)
Em 31 de dezembro de 2023	4.517	41.294	45.811	18.006	44.761	62.767
Adições de novos contratos	73	7.049	7.122	23.014	7.049	30.063
Reajuste de contrato	345	431	776	960	(262)	698
Amortização	(3.394)	(19.304)	(22.698)	(11.094)	(20.055)	(31.149)
Baixa	(289)	-	(289)	(406)	-	(406)
Ajustes de conversão	-	-	-	1.553	-	1.553
Em 31 de dezembro de 2024	1.252	29.470	30.722	32.033	31.493	63.526

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Passivo de arrendamento						
Em 1 de janeiro de 2023	7.116	28.145	35.261	28.008	32.299	60.307
Adições de novos contratos	1.982	27.708	29.690	5.928	27.708	33.636
Reajuste de contrato	117	402	519	(382)	402	20
Pagamento	(2.713)	(7.606)	(10.319)	(7.363)	(8.343)	(15.706)
Juros incorridos	570	1.610	2.180	3.443	1.846	5.289
Juros pagos	(570)	(1.610)	(2.180)	(3.443)	(1.846)	(5.289)
Baixa	(6.170)	(79)	(6.249)	(8.890)	(79)	(8.969)
Ajustes de conversão	-	-	-	(467)	(280)	(747)
Em 31 de dezembro de 2023	332	48.570	48.902	16.834	51.707	68.541
Adições de novos contratos	73	7.049	7.122	23.014	7.049	30.063
Reajuste de contrato	345	431	776	960	(262)	698
Pagamento	(123)	(22.139)	(22.262)	(8.319)	(22.617)	(30.936)
Juros incorridos	400	3.101	3.501	3.794	3.272	7.066
Juros pagos	(400)	(3.101)	(3.501)	(3.794)	(3.272)	(7.066)
Baixa	(168)	-	(168)	(136)	-	(136)
Ajustes de conversão	-	-	-	1.596	659	2.255
Em 31 de dezembro de 2024	459	33.911	34.370	33.949	36.536	70.485
Circulante			13.966			23.193
Não circulante			20.404			47.292

A Taxa de desconto utilizada varia de 6,14% até 11,91% a.a.

13.1 Maturidade dos passivos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2025	2026	2027	2025	2029	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	4,99%	4,03%	3,90%	3,90%	3,90%	
Controladora	19.186	8.031	-	-	-	27.217
Consolidado	30.948	19.450	10.866	5.351	2.571	69.187

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

Política contábil:

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos do Grupo para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. As provisões tributárias, trabalhistas e previdenciário são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo independente da classificação de risco.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (a)	Tributários	Total
Em 01 de janeiro de 2023	10.809	38.849	7.403	57.061
Adições	1.725	61.255	892	63.872
Pagamentos	(381)	(24.655)	-	(25.036)
Reversões	(1.371)	(3.026)	(6.062)	(10.459)
Atualização Monetária	1.059	-	154	1.213
Em 31 de dezembro de 2023	11.841	72.423	2.387	86.651
Adições	3.811	28.432	-	32.243
Pagamentos	(622)	(24.257)	-	(24.879)
Reversões	(3.570)	(32.661)	(1.394)	(37.625)
Atualização Monetária	852	-	158	1.010
Em 31 de dezembro de 2024	12.312	43.937	1.151	57.400

	Consolidado				
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (a)	Tributários	Passivo contingente (b)	
				Trabalhistas e Previdenciárias	Total
Em 01 de janeiro de 2023	16.804	56.439	8.492	13.061	94.796
Adições	3.082	136.264	892	-	140.238
Pagamentos	(2.423)	(34.384)	-	-	(36.807)
Reversões	(2.208)	(9.712)	(10.475)	(7.561)	(29.956)
Atualização Monetária	1.395	-	154	-	1.549
Variação cambial de conversão	(500)	(3.603)	6.050	(836)	1.111
Em 31 de dezembro de 2023	16.150	145.004	5.113	4.664	170.931
Adições	5.744	39.322	290	-	45.356
Pagamentos	(1.300)	(32.942)	-	-	(34.242)
Transferência	(246)	246	-	-	-
Reversões	(3.170)	(44.072)	(3.818)	(128)	(51.188)
Atualização Monetária	2.272	4.512	158	-	6.942
Variação cambial de conversão	(3.766)	19.137	522	2.239	18.132
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.684	131.207	2.265	6.775	155.931

- (a) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e danificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários.
- (b) Passivo contingente de natureza trabalhista, previdenciária e tributária (IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e ISS), oriundo de combinação de negócios da Ola.

14.1 Passivos contingentes

Os processos de natureza trabalhistas, tributários e cíveis, cuja probabilidade de perda foram classificadas como possível, totalizaram R\$ 774.448 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 706.044 em 31 de dezembro de 2023) e conseqüentemente não foram provisionadas. Os principais processos são como seguem:

Dedutibilidade fiscal do ágio

Cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total atualizado de R\$ 459.984 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 411.327 em 31 de dezembro de 2023).

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo administrativo iniciado pelo auto de infração.

Esta decisão (ainda em primeira instância na esfera administrativa) cancelou provisoriamente os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas.

A Fazenda apresentou Recurso Voluntário quanto as matérias julgadas improcedentes na Turma de Julgamento e a Companhia recorreu acerca da parcela mantida do auto de infração pela Turma de Julgamento. Ambos os recursos foram julgados em dezembro de 2024, sendo decidido (I) pelo voto de qualidade, restabelecer a glosa do ágio amortizado, das despesas financeiras e dos JSCPs pagos em excesso; (II) também pelo voto de qualidade, restabelecer as multas isoladas; (III) por unanimidade, manter a glosa do *earn out* alegadamente deduzido em duplicidade por falta de provas; (IV) também por unanimidade, confirmar a redução da multa de ofício para 75% e o cancelamento da multa agravada. Tanto a Fazenda quanto a Companhia apresentaram Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento.

Imposto de renda sobre pagamento baseado em ações

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato.

O valor da exposição tributária atualizada da CVC e dos participantes é de R\$ 278.133, com chance de perda possível, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia.

O processo encontra-se em fase de conhecimento. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência realizado pela CVC e os beneficiários para determinar à União que se abstenha de exigir: (I) contribuições previdenciárias e de terceiros da CVC; (II) multa por suposta ausência de retenção do imposto de renda devido pelos participantes; e (III) imposto de renda devido pelos participantes. Todavia, em agosto de 2019, parte da tutela antecipada foi reconsiderada, o que resultou no seu indeferimento parcial. A CVC apresentou recurso para reversão da decisão, que aguarda julgamento.

O imposto de renda à alíquota de 27,5% foi objeto de depósito judicial para garantia do juízo para os exercícios posteriores ao ajuizamento da ação; para os exercícios anteriores, o depósito consistiu na diferença entre a alíquota de 27,5% e o imposto de renda sobre ganho de capital já pago pelo participante (15%). O saldo atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 127.395 (R\$ 122.813 em 31 de dezembro de 2023).

Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, a Companhia está sujeita às fiscalizações e autuações dos órgãos reguladores/administrativos, muito embora não faça parte de um mercado regulado. No âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo com os clientes e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios/administrativos. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui discussões judiciais relativas a um auto de infração movido pelo Procon-SP associado a cobrança de multas e taxas aplicadas para os casos de alteração na contratação ou rescisão contratual. O risco de perda é avaliado como possível, no valor total de R\$ 20.439 para dezembro de 2024 (R\$ 17.540 em 31 de dezembro de 2023).

A CVC é requerida em procedimento arbitral (em andamento), no qual os autores alegam a necessidade de pagamento de indenização decorrente de danos causados por seus ex-administradores. Em caso de condenação da Companhia, ela poderá ser obrigada ao pagamento de eventual condenação que será apurada, nos termos a serem fixados pelo tribunal arbitral, caso aplicável.

Demandas judiciais (trabalhistas)

Trata-se de reclamação trabalhista, distribuída em março de 2022, com estimativa de perda possível atualizada em dezembro de 2024 no montante de R\$ 15.892 (R\$ 14.594 em 31 de dezembro de 2023). Os principais pedidos são: (I) danos morais e danos materiais por supostas informações desabonadoras na mídia, tendo em vista que tais divulgações estão dificultando a recolocação do reclamante no mercado de trabalho; (II) danos materiais sob alegação de pagamento de bônus e de Stock Option. O caso ainda aguarda audiência e julgamento.

Subsidiárias argentinas

Durante o exercício de 2023 a Companhia contratou assessores jurídicos que apuraram uma contingência avaliada como risco de perda provável no valor de R\$54.223. A Companhia e seus assessores jurídicos continuarão monitorando o tema. Em 31 de dezembro de 2024 não houve evolução ou necessidade de complemento de provisão.

14.2 Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	840	731	3.145	1.161
Tributários	102.034	90.594	102.034	90.594
Cível	32.996	54.335	39.537	70.004
Bloqueio judicial	211	284	697	596
Total	136.081	145.944	145.413	162.355

O principal depósito judicial da Companhia refere-se à ação judicial sobre o pagamento baseado em ações apresentada na nota 14.1. Os saldos acumulados dos depósitos judiciais totalizam em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 102.034 (R\$ 90.594 em 31 de dezembro de 2023).

15. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

15.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(93.094)	(468.643)	(83.367)	(452.504)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	31.652	159.339	28.345	153.851
Equivalência patrimonial	(25.194)	(62.852)	-	(98)
Receitas/despesas não tributáveis/indebtíveis	(3.375)	(4.572)	(12.213)	(73.021)
Variação na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos	(102.655)	(106.492)	(156.874)	(120.511)
Reconstituição das diferenças temporárias (a)	117.180	-	129.061	-
Benefícios fiscais (b)	-	15.228	-	24.564
Benefício fiscal em gastos com emissão de ação (c)	-	9.600	-	9.600
Baixa do diferido ativo	-	-	(7.768)	-
Outros	-	1.512	(524)	1.239
Imposto de renda e contribuição social	(10.247)	11.763	(19.974)	(4.376)
Corrente	-	1.513	(1.428)	(1.475)
Diferido	(10.247)	10.250	(18.546)	(2.901)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.247)	11.763	(19.974)	(4.376)
Alíquota efetiva	-11%	3%	-24%	1%

- (a) Compreendem os saldos de diferenças temporárias constituídos no exercício advindos da Instrução Normativa RFB nº 2.195/2024 (PERSE);
- (b) Efeito decorrente do benefício fiscal "PERSE", instituído pela Lei 14.148 de 3 de maio de 2021.
- (c) De acordo o decreto 1.598 de 26 de dezembro de 1977, os custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações ou bônus de subscrição contabilizados no patrimônio líquido, podem ser excluídos, na determinação do lucro real, gerando o benefício fiscal sobre os gastos incorridos com emissões de ações.

15.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

Em 17 de março de 2022 o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei nº 14.148/21 ("Lei do PERSE"), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ. Em decorrência dessa alteração, que passou a valer a partir da promulgação pelo Presidente da República no dia 18 de março de 2022. Contudo, a Lei nº 14.859/2024, juntamente com a Instrução Normativa RFB nº 2.195/2024, estabeleceram novas regras para habilitação e utilização dos benefícios fiscais do PERSE. Tendo em vista, os impactos para fins de CSLL e IRPJ a Administração revisou seus saldos de tributos diferidos, registrando-os de acordo com sua alíquota estimada de realização.

A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora					
	01/01/2023	Resultado do exercício	31/12/2023	Resultado do exercício	Reconstituição Dif. temporárias	31/12/2024
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	-	-	36.639	36.639
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	21.234	10.250	31.484	(10.247)	-	21.237
Ganhos e perdas com derivativos	-	-	-	-	221	221
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	-	-	-	-	9.528	9.528
Contratos de arrendamento	-	-	-	-	2.719	2.719
Outras provisões administrativas	-	-	-	-	23.405	23.405
Receitas Diferidas	-	-	-	-	11.275	11.275
Mais valia de ativos e passivo contingente (a)	(17.220)	-	(17.220)	-	5.540	(11.680)
Prejuízos fiscais (b)	494.091	106.492	600.583	-	27.855	628.438
Imposto de renda diferido	498.105	116.742	614.847	(10.247)	117.180	721.782
Tributos diferidos não reconhecidos	(136.558)	(106.492)	(243.050)	-	(117.180)	(360.230)
Imposto de renda diferido	361.547	10.250	371.797	(10.247)	-	361.550

	Consolidado							
	01/01/2023	Reconhecido em		31/12/2023	Reconhecido em		31/12/2024	
	Resultado do exercício	Outros		Resultado do exercício	Reconstituição Dif. temporárias	Outros		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	-	-	39.913	-	39.913	
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	27.521	10.510	-	38.031	(13.836)	-	24.195	
Ganhos e perdas com derivativos	-	-	-	-	(644)	-	(644)	
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	-	-	-	-	10.154	-	10.154	
Contratos de arrendamento	-	-	-	-	2.717	-	2.717	
Outras provisões administrativas	-	-	-	-	23.948	-	23.948	
Receitas Diferidas	-	-	-	-	11.275	-	11.275	
Impairment (c)	-	(28.047)	-	(28.047)	(7.768)	-	(35.815)	
Mais valia de ativos e passivo contingente (a)	114.354	(17.132)	7.623	104.845	97	3.019	113.501	
Prejuízos fiscais (b)	628.346	120.228	(13.911)	734.663	12.781	-	783.603	
Outras provisões	-	-	-	-	(236)	-	(236)	
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	770.221	85.559	(6.288)	849.492	(8.962)	3.019	972.610	
Tributos diferidos não reconhecidos	(214.895)	(88.460)	-	(303.355)	(9.585)	-	(442.000)	
Imposto de renda diferido	555.326	(2.901)	(6.288)	546.137	(18.546)	3.019	530.610	

- (a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior.
 (b) Refere-se à imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais.
 (c) Refere-se a baixa por impairment do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2.223 da Submarino, R\$ 11.904 da Esferatur e R\$13.920 da Visual, em 2024 ocorreu a baixa de impairment na Trend de R\$ 7.768, totalizando o montante de R\$ 35.815..

15.3 Compensação dos impostos diferidos

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2025	7.298	8.776
Ano Calendário 2026	13.608	16.738
Ano Calendário 2027	17.871	22.024
Ano Calendário 2028	25.896	30.993
Ano Calendário 2029	33.316	39.317
Ano Calendário 2030	42.081	48.897
Ano Calendário 2031	47.994	55.383
Ano Calendário 2032	54.356	62.376
Ano Calendário 2033	22.553	31.260
Total reconhecido	264.973	315.764
Tributos não reconhecidos (prejuízo fiscal)	360.232	464.606
Total dos prejuízos fiscais	625.205	780.370

16. Contas a pagar – Aquisição de controlada e investida

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Total contas a pagar de aquisição de controlada	96.034	-	4.663	81.953
Total contas a pagar de aquisição de investida	851	1.994	17.439	3.037
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida	96.885	1.994	22.102	84.990

A composição do saldo a pagar de aquisição de controlada, corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. O valor das parcelas anuais é calculado com base no volume de transações feitas pela Companhia adquirida, sendo que a última parcela tem vencimento em 2025, porém o prazo do contrato pode se estender por mais 10 anos caso os valores não sejam totalmente pagos.

A composição do saldo a pagar pela aquisição de investidas, corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimentos até 2027.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito é de R\$ 1.755.264 (R\$ 1.755.264 em 31 de dezembro de 2023), representado por 525.591.097 (525.591.097 em 31 de dezembro de 2023), ações ordinárias e sem valor nominal.

As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se à:

Aumento de capital em 28 de junho, mediante a emissão de 166.666.666 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante total de R\$ 549.999, dos quais (i) 21%, equivalentes a R\$ 115.000, foram destinados ao capital social da Companhia; e (ii) 72%, equivalentes a R\$ 406.765 líquido dos gastos para emissão das ações (Os gastos totalizaram o montante de R\$ 28.235) foram destinados à reserva de capital da Companhia.

Aumento de capital em 24 de novembro, resultante do exercício dos Bônus de Subscrição adquiridos à época da Oferta da Companhia, mediante a emissão de 81.677.122 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 226.246, os Bônus de Subscrição foram emitidos pela Companhia nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2023, pelo preço de exercício individual de R\$ 2,77. Sendo o valor de R\$ 22.869 decorrente do efeito do deságio do Bônus de Subscrição alocado à reserva de capital.

17.2 Planos de Incentivo a Longo Prazo

Política contábil:

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações, a serem liquidados com ações ou dinheiro, segundo as quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações.

Como determinado no Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em ações. Os custos dos instrumentos são determinados no valor justo na data da outorga, com base no modelo Black-Scholes precificação de ações.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas em seu patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício de acordo com as vigências de cada plano.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

Atualmente a Companhia possui o total de dois planos de Incentivo de Longo Prazo, são o Plano de opção de compra de ações e Plano de ações restritas.

Os participantes indicados, observam as regras e condições definidas a cada programa, conforme definido em assembleia e aprovado pelo Conselho de Administração. Os programas têm como objetivo recompensar os participantes que contribuam para o melhor desempenho da Companhia e a valorização das ações, com vistas a (i) atrair, reter e motivar os participantes; (ii) alinhado aos interesses dos acionistas da Companhia; e (iii) ampliando os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis da Companhia.

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão detalhadas abaixo:

Outorgas	Data da outorga	Valor justo médio	Valor do exercício	Prazo maturidade estimado	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2024 (Quant./mil)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2024 (Quant./mil)	Disponível para exercício
Plano 2	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	-	-	64	64
Plano 4	10/11/2011	R\$ 5,07	R\$ 11,82	5 anos	30,58%	-	-	-	-	-	-
Plano 5	31/08/2014	R\$ 6,19	R\$ 14,81	4,4 anos	33,75%	-	-	-	-	-	-
Plano 6	09/12/2015	R\$ 7,51	R\$ 12,87	5 anos	38,33%	-	-	-	-	-	-
ILP CVC	09/12/2015	R\$ 23,57	N/A	3 anos	36,22%	24	-	24	-	-	-
ILP 2020	05/02/2021	R\$ 7,29	N/A	5 anos	56,55%	-	-	-	-	-	-
ILP Talentos	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	407	-	-	44	363	143
ILP Talentos 2023	01/04/2023	R\$ 3,28	N/A	6 anos	N/A	500	-	-	500	-	234
SOP 2024	28/05/2024	R\$ 3,39	R\$ 3,39	5 anos	168,49%	-	11.670	-	-	11.670	2.940
						995	11.670	24	544	12.097	3.381

Outorgas	Data da outorga	Valor justo médio	Valor do exercício	Prazo maturidade estimado	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2023 (Quant./mil)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2023 (Quant./mil)	Disponível para exercício
Plano 2	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	-	-	64	64
Plano 4	10/11/2011	R\$ 5,07	R\$ 11,82	5 anos	30,58%	106	-	-	106	-	-
Plano 5	31/08/2014	R\$ 6,19	R\$ 14,81	4,4 anos	33,75%	126	-	-	126	-	-
Plano 6	09/12/2015	R\$ 7,51	R\$ 12,87	5 anos	38,33%	319	-	319	-	-	-
ILP CVC	09/12/2015	R\$ 23,57	N/A	3 anos	36,22%	201	-	124	53	24	24
ILP 2020	05/02/2021	R\$ 7,29	N/A	5 anos	56,55%	5.172	-	-	5.172	-	-
ILP Talentos	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	1.155	-	117	631	407	143
ILP Talentos 2023	01/04/2023	R\$ 3,28	N/A	6 anos	N/A	-	1.706	-	1.206	500	-
						7.143	1.706	560	7.294	995	231

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 8.594 alocado em despesas gerais e administrativas, líquido de encargos sociais (R\$ 17.697 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

17.3 Ágio em transações de capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 183.846 e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores.

17.4 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 8.326 ações em tesouraria (8.326 em 31 de dezembro de 2023) no montante de R\$ 120 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2023). As movimentações ocorridas nessa rubrica se referem a recompras de ações e transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações descritos na nota 17.2.

18. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente transações referente a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a Controladora e suas controladas.

As condições e os montantes destas estão demonstrados abaixo:

18.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2024	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino (a)	8.435	51.010
Visual (a)	10.234	65
Trend (a)	80.432	12.040
CVC S.A.U (b)	-	27.980
Avantrip (a)	3.183	-
Almundo Argentina (d)	6.311	-
Esferatur (a)	20.518	280
Ola (c)	11.624	-
Total	140.737	91.375

	Controladora	
	31/12/2023	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino (a)	13.955	59.964
Trend (a)	50.542	9.037
CVC S.A.U (b)	16.953	21.260
Avantrip (a)	3.172	-
Almundo Argentina (d)	15.243	57
Esferatur (a)	12.245	4
Ola (c)	8.407	-
CVC Portugal	2	-
Viatrix Viagens	797	29
Rextur Advance	4.991	5.788
Total	126.307	96.139

(a) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

(b) Referem-se a despesas com a Diretoria da Avantrip, Biblos e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar.

(c) Refere-se ao pagamento de títulos da OLA S.A realizados pela CVC.

(d) Refere-se a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e empréstimos a receber.

18.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração

A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	30.682	42.020
Pagamentos baseados em ações	130	603
Total	30.812	42.623

19. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil:

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contratos a embarcar	1.158.928	931.694	1.556.191	1.130.443
Carta de crédito	41.091	32.325	43.897	34.159
Adiantamento	29.092	39.278	29.429	40.518
Reembolso	7.676	11.083	10.219	17.855
Outros	800	15.038	1.032	16.141
Total	1.237.587	1.029.418	1.640.768	1.239.116
Circulante	1.235.623	1.028.794	1.638.749	1.236.909
Não circulante	1.964	624	2.019	2.207

Os saldos na rubrica carta de crédito referem-se a remarcações de reservas e serviços que resultaram na concessão de crédito para compras futuras (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

Os adiantamentos são créditos adquiridos pelos clientes na modalidade vale viagem (o cliente paga mensalmente as parcelas e vai acumulando o crédito para utilizar futuramente na conversão de um pacote/produto), com a CVC, na qual ainda não existe uma reserva vinculada. O prazo limite para solicitação de reembolso é de 18 meses.

20. Receita líquida de vendas

Política contábil:

As principais fontes de receita da Companhia são:

a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento aéreo) que compreende a comercialização de assentos.

b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro-viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e

c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto para fretamento aéreo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes.

Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como 'agente' ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de 'agente', reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros.

Com relação ao produto denominado fretamento aéreo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente e, portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como 'principal' na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

- a) a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e
- b) demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

- a) a receita de fretamento decorrente da venda de assentos de aeronave ("fretamento aéreo") e seus respectivos custos dos serviços prestados são reconhecidos no momento do embarque dos clientes.

Ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza ajustes para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Doméstico	579.240	486.172	721.977	646.081
Internacional	294.758	301.995	543.860	625.208
Cruzeiro marítimos	82.421	6.962	88.486	67.030
Receita bruta de serviços ("agente")	956.419	795.129	1.354.323	1.338.319
Fretamentos	116.870	147.586	116.870	147.586
Receita bruta de serviços ("principal")	116.870	147.586	116.870	147.586
Receita bruta de serviços	1.073.289	942.715	1.471.193	1.485.905
Impostos sobre venda	(23.566)	(20.723)	(34.335)	(38.085)
Outros custos de cancelamento	(21.746)	(22.167)	(16.095)	(15.130)
Receita líquida de serviços	1.027.977	899.825	1.420.763	1.432.690

21. Custos e despesas operacionais

21.1 Custos

Política contábil:

O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento aéreo quando atua como principal nas vendas desses pacotes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo de serviços (Fretamentos)	(105.947)	(139.793)	(105.947)	(139.793)
Total	(105.947)	(139.793)	(105.947)	(139.793)

21.2 Despesas operacionais

Política contábil:

O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas.

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(328.036)	(314.203)	(490.440)	(508.515)
Serviços de terceiros (a)	(176.654)	(173.651)	(348.277)	(350.288)
Taxa de cartão de crédito	(84.914)	(80.773)	(110.810)	(125.199)
Depreciação e amortização	(137.624)	(113.881)	(222.503)	(218.496)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.724)	(50.602)	(12.196)	(58.699)
Outros (b)	(22.114)	(19.226)	(39.775)	(161.887)
Total	(763.066)	(752.336)	(1.224.001)	(1.423.084)
Despesas de vendas	(202.804)	(214.391)	(253.824)	(304.028)
Despesas gerais e administrativas	(563.301)	(546.907)	(963.863)	(974.881)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.039	8.962	(6.314)	(144.175)
Total	(763.066)	(752.336)	(1.224.001)	(1.423.084)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.

(b) Outras despesas gerais e administrativas incluem principalmente receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, perdas operacionais por gastos não associados a reservas embarcadas e baixa por impairment.

22. Resultado financeiro

Política contábil:

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Encargos financeiros (a)	(134.053)	(158.430)	(145.593)	(164.106)
Juros das aquisições	(10.109)	(12.972)	(10.109)	(12.998)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(6.043)	(5.805)	(25.960)	(10.600)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(93.855)	(99.255)	(105.158)	(114.521)
Juros passivos – IFRS 16	(3.501)	(2.180)	(7.066)	(5.289)
Outros (b)	(11.587)	(60.790)	(32.558)	(87.652)
Total de despesas financeiras	(259.148)	(339.432)	(326.444)	(395.166)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	15.576	26.207	20.643	41.209
Juros ativos	9.332	7.993	19.103	11.628
Atualização de depósito judiciais	11.335	15.924	11.335	27.669
Outros (c)	17.575	4.506	77.500	4.530
Total de receitas financeiras	53.818	54.630	128.581	85.036
Variação cambial, líquida (d)	27.371	(6.677)	23.681	(11.899)
Despesas financeiras, líquidas	(177.959)	(291.479)	(174.182)	(322.029)

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures e tarifas bancárias.

(b) Inclui principalmente a atualização das contingências não materializadas e deságio nas operações de cessão de direitos creditórios com instituições financeiras.

(c) Referem-se principalmente ao maior volume de venda em dólar na Argentina, com conseqüente ganho cambial na conversão e pelo ganho decorrente da modificação contratual no reperfilamento das debêntures R\$14.728.

(d) Inclui principalmente os efeitos de ganho e perda com hedge.

23. Prejuízo por ação

Política contábil:

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício. As ações em tesouraria, descritas na Nota 17.6, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(103.341)	(456.880)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	525.583	373.870
Prejuízo por ação - básico (R\$)	(0,20)	(1,22)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	525.583	373.870
 Média ponderada de ações ordinárias (básico)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2023	373.870	
Efeito das ações emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024	151.713	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	525.583	

Em função do prejuízo nos exercícios, as ações ordinárias potenciais têm efeito antidiluidor. Desta forma, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora						
	01/01/2024	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2024
Debêntures – Circulante	161.497	(160.000)	(193.848)	106.158	-	95.643	9.450
Debêntures - Não circulante	628.514	-	-	-	-	(95.643)	532.871
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.102	-	-	-	-	74.783	96.885
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	84.990	(15.167)	(3.207)	10.161	-	(74.783)	1.994
Passivo de arrendamento	48.902	(22.262)	(3.501)	3.501	7.898	-	34.538
Total	946.005	(197.429)	(200.556)	119.820	7.898	-	675.738

	Consolidado						
	01/01/2024	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2024
Debêntures – Circulante	161.497	(160.000)	(193.848)	106.158	-	95.643	9.450
Debêntures - Não circulante	628.514	-	-	-	-	(95.643)	532.871
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.102	-	-	-	-	74.783	96.885
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	84.990	(15.167)	(3.207)	10.161	-	(74.783)	1.994
Passivo de arrendamento	68.541	(30.936)	(7.066)	8.265	30.761	-	69.565
Total	965.644	(206.103)	(204.121)	124.584	30.761	-	710.765



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2024

	Controladora						31/12/2023
	01/01/2023	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	
Debêntures – Circulante	693.735	(191.388)	(78.038)	162.752	-	(425.564)	161.497
Debêntures - Não circulante	202.950	-	-	-	-	425.564	628.514
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.840	-	-	-	-	(738)	22.102
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	90.118	(14.829)	(4.010)	12.973	-	738	84.990
Passivo de arrendamento	35.261	(10.319)	(2.180)	2.180	23.960	-	48.902
Total	1.044.904	(216.536)	(84.228)	177.905	23.960	-	946.005

	Consolidado						31/12/2023
	01/01/2023	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	
Debêntures – Circulante	693.735	(191.388)	(78.038)	162.752	-	(425.564)	161.497
Debêntures - Não circulante	202.950	-	-	-	-	425.564	628.514
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.840	-	-	-	-	(738)	22.102
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	90.118	(14.829)	(4.010)	12.973	-	738	84.990
Passivo de arrendamento	60.307	(15.706)	(5.289)	5.002	24.227	-	68.541
Total	1.069.950	(221.923)	(87.337)	180.727	24.227	-	965.644

25. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento (a)	7.898	23.960	30.761	24.227
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	18.420	(4.825)	18.420	(4.825)
Compensação IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	13.910
Aumento de Capital em controlada	20.223	-	-	-
Outras contas a receber (b)	1.206	-	1.206	-
Total	47.747	19.135	50.387	33.312

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 14.

(b) Valor referente a saldos de comissionamento a diferir conforme período contratual.

26. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no exercício de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2024
Risco civil	164.010
Responsabilidade civil administradores e diretores	179.822
Riscos gerais/cíveis	2.850.078
Total	3.193.910

27. Segmentos reportáveis

Política contábil:

O CPC 22 (IFRS 8) — Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os Segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisão sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. A melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina. Os resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

27.1 Resultados por segmento

	31/12/2024		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	1.198.182	222.581	1.420.763
Custo dos serviços prestados	(105.947)	-	(105.947)
Lucro Bruto	1.092.235	222.581	1.314.816
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(222.477)	(31.347)	(253.824)
Despesas gerais e administrativas	(773.908)	(189.955)	(963.863)
Outras despesas (receitas) operacionais	(8.324)	2.010	(6.314)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	87.526	3.289	90.815
Resultado financeiro	(191.147)	16.965	(174.182)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(103.621)	20.254	(83.367)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(1.400)	(28)	(1.428)
Diferido	(22.257)	3.711	(18.546)
Lucro (prejuízo) do exercício	(127.278)	23.937	(103.341)

	31/12/2023		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	1.137.898	294.792	1.432.690
Custo dos serviços prestados	(139.793)	-	(139.793)
Lucro Bruto	998.105	294.792	1.292.897
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(235.034)	(68.994)	(304.028)
Despesas gerais e administrativas	(786.877)	(188.004)	(974.881)
Equivalência patrimonial	(288)	-	(288)
Outras despesas (receitas) operacionais	(117.637)	(26.538)	(144.175)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(141.731)	11.256	(130.475)
Resultado financeiro	(307.991)	(14.038)	(322.029)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(449.722)	(2.782)	(452.504)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(3.859)	(517)	(4.376)
Diferido	(1.356)	(119)	(1.475)
	(2.503)	(398)	(2.901)
Prejuízo do exercício	(453.581)	(3.299)	(456.880)

27.2 Ativos e passivos por segmento

Ativo	31/12/2024			31/12/2023		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Ágio	231.248	-	231.248	231.248	-	231.248
Ativo intangível	534.839	63.726	598.565	610.727	69.246	679.973
Ativo imobilizado	17.849	7.512	25.361	22.070	6.918	28.988
Contas a receber de clientes	888.066	36.241	924.307	810.877	31.758	842.635
Adiantamento a fornecedores	493.885	60.699	554.584	472.814	239.250	712.064
Despesas pagas antecipadamente	46.301	10.731	57.032	52.022	1.230	53.252
Direito de uso de arrendamento	56.646	6.880	63.526	62.692	75	62.767
Outros ativos por segmento	82.818	207.248	290.066	125.968	98.422	224.390
	2.351.652	393.037	2.744.689	2.388.418	446.899	2.835.317
Ativos não alocados			1.095.834			1.195.567
Total do ativo			3.840.523			4.030.884

Passivo	31/12/2024			31/12/2023		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Fornecedores	471.873	114.059	585.932	642.647	225.272	867.919
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.344.434	296.334	1.640.768	1.111.294	127.822	1.239.116
Outros passivos por segmento	166.911	70.200	237.111	175.843	25.430	201.273
	1.983.218	480.593	2.463.811	1.929.784	378.524	2.308.308
Passivos não alocados			845.080			1.114.617
Total do passivo			3.308.891			3.422.925

28. Eventos subsequentes

Plano de opções de compra

Em 08 de janeiro de 2025, foi aprovado o plano de Opção de Compra de Ações para determinados executivos da Companhia com objetivo de conceder aos beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia, com intuito de ampliar os níveis de comprometimento com a geração de resultado sustentáveis. Serão emitidas 26.279.555 quantidades de ações no presente plano e as despesas serão incorridas a partir de 2025.

Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças – Exercício Social 2024

1. Apresentação

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças (“COAUD” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de caráter permanente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. (“Companhia”), vinculado ao seu Conselho de Administração.

Sua atividade é regida e orientada pelo Estatuto Social da Companhia (“Estatuto”), por Regimento Interno próprio (“Regimento”), pela legislação e regulamentação aplicável, bem como pelas melhores práticas de Governança Corporativa.

Assim sendo, o Comitê teve em sua composição 3 (três) membros durante o exercício fiscal de 2024, dentre eles, um membro do Conselho de Administração e membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado (B3) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Membro	Função	Início do Mandato	Fim do Mandato
Guilherme Marques Bononi	Coordenador	15/05/2024	Atual
Flavio Uchoa Teles de Menezes	Membro	26/09/2023	Atual
Edson Martins do Nascimento	Membro	06/05/2024	Atual
Leonardo Guimarães Pinto	Membro	26/09/2023	15/05/2024
Felipe Pinto Gomes	Membro	26/09/2023	06/05/2024

2. Atribuições

As atribuições do Comitê, conforme definidas pelo Estatuto, e sem prejuízo de outras constantes em seu próprio Regimento, são: **(i)** opinar sobre a contratação, destituição e substituição dos auditores independentes; **(ii)** avaliar as informações financeiras trimestrais, as demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras anuais; **(iii)** acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; **(iv)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; **(v)** avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e **(vi)** possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Para fins desse Relatório Anual Resumido, as demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras anuais serão identificadas como “DF”, sendo indicado o período de referência conforme o caso.

2.1. Resumo das Atividades

Foram realizadas 15 (quinze) reuniões entre o período de 22/01/2024 e 19/12/2024. Além de pautas recorrentes associadas ao funcionamento das reuniões (aprovação de atas, follow-up de solicitações, status e sessões exclusivas), temas propostos pela administração da Companhia e associados às atribuições do COAUD compuseram 54 pautas, tais como o acompanhamento da Carta de Controles Internos, atualização Plano de trabalho e acompanhamento da evolução da Auditoria Interna e Controles Internos, Plano de trabalho e acompanhamento da evolução da Auditoria Independente estruturação do

Mapa de Riscos Corporativos, Indicadores de *Compliance*, Programa de Integridade e Canal de Ética, Contingências, atualização de Políticas Corporativas, além de temas financeiros (que incluem o acompanhamento do Fluxo de Caixa Projetado x Realizado), análise das Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais, e acompanhamento dos riscos operacionais na Argentina e no Brasil.

2.2. Principais temas pautados e discutidos em 2024

Em reuniões pontuais com o COAUD, os Auditores Externos apresentaram seus planos de trabalho para discussão. Durante o ano de 2024 Companhia contou com o serviço de auditoria prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S (“EY”), a quem competiu acompanhar e apresentar os temas de interesse do presente relatório.

A Diretoria de Governança Corporativa e Compliance, teve participações recorrentes através de suas áreas de Compliance (normativos e reportes sobre o Canal de Ética), Auditoria Interna e Controles Internos e acompanhamento dos planos de ação estabelecidos a partir da Carta de Controles Internos.

Para um melhor acompanhamento da saúde financeira da companhia e seus riscos, a Diretoria de Finanças apresentou reportes recorrentes sobre o fluxo de caixa (Projetado x Realizado).

A apresentação das DF ao Comitê ficou a cargo da Diretoria Finanças e de Relações com Investidores (“Finanças”), que, em conjunto com os Auditores Externos, esclareceu dúvidas e ofereceu o contexto operacional e negocial associado ao material em questão. Em paralelo, a Diretoria de Finanças apresentou atualizações regulares sobre sua própria estrutura e processos.

3. Principais conclusões e recomendações do COAUD

Tema central da atividade do COAUD, a apresentação das DF ocorreu de forma periódica nos meses de março (Q4, 2023), maio (Q1, 2024), agosto (Q2, 2024), novembro de 2024 (Q3, 2024). Objeto do próximo tópico, cabe salientar, a priori, que o empenho da Diretoria de Finanças em conjunto com os Auditores Externos resultou na contínua evolução dos trabalhos de elaboração das DF e compreensão de seu conteúdo.

No tocante aos normativos – conjunto de normas internas instituídas pela Companhia – cabe ao COAUD, principalmente deliberar acerca de Políticas Corporativas, conforme alçadas de aprovação definidas por *Compliance*.

4. Recomendação referente as DF (2024)

Em cumprimento às disposições estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S (“auditores independentes” ou “EY”), emitido sem ressalvas, e na opinião dos auditores independentes e bem como nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da companhia no decorrer do exercício, avaliam, por unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Reiteram, portanto, que os temas associados as DF trazidos ao seu conhecimento por iniciativa da administração, ou conforme solicitado pelo próprio COAUD, tiveram o desenvolvimento esperado no

ínterim entre a apresentação de cada trimestre. Desse modo o Comitê não expressa novas recomendações referentes às DF apresentadas, seu conteúdo ou operações correlatas.

Guilherme Marques Bononi

Flavio Uchoa Teles de Menezes

Edson Martins do Nascimento